

anc ANCX

Emenda parlamentarista do PFL pode atrair presidencialistas

Janio de Freitas

Reação de força

Diante das tantas explorações que têm sufocado sua proposta para a dívida externa, o ministro Bresser Pereira decidiu-se por um contra-ataque mais sutil, de percurso triangular. Para tanto, explica pormenorizadamente seu plano de renegociação da dívida a pessoas que poderiam, por sua influência, anular e até reverter o quadro negativo que, a partir do Planalto mesmo, está montado contra a proposta e, como alvo verdadeiro, contra o próprio ministro.

Bresser viu consolidar-se ontem uma adesão de peso: nada menos do que o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho.

Aguarde-se tradução

O general Golbery pareceu sempre deliciar-se com referências ao registro de suas memórias, ora para negar veracidade a informações de que as estivesse escrevendo, ora informando ele próprio que o faria ou mesmo, como há pouco, que já o fazia. Neste divertimento binário, apaziguava desafetos ou distribuía o pânico, sem maiores diferenciações entre inimigos e amigos.

Mesmo que não deixe escritos sobre suas relações controvertidas com as instituições políticas, militares, religiosas e outras, o general Golbery cuidou, no entanto, de que não se perdesse grande parte — espere-se que a melhor — de suas memórias. Sempre assediado por desejosos de escrever-lhe a biografia ou dele recolher depoimentos reveladores sobre determinados acontecimentos, aos solicitantes brasileiros o general preferiu um "brazilianist" americano: significativamente, Alfred Stepan, a quem há anos prestava longuíssimos depoimentos. Depois de já haver dado colaboração para dois livros sobre os militares brasileiros.

Quando se diz que escrever em português é penoso, há quem ache exagero.

Convicção

Enquanto a Folha compunha o artigo, ontem publicado, em que o senador José Richa expôs sua convicção parlamentarista, condenando enfaticamente o presidencialismo, em Brasília o autor comunicava a colegas que, se impossível um acordo entre os parlamentaristas e seu adversário Sarney, votaria na Comissão de Sistematização e no plenário pelo sistema presidencialista. E no projeto de agrado do presidente, o do deputado Theodoro Mendes.

Ao pé da mão

O novo secretário de Polícia Civil do Estado do Rio, Hélio Saboya, fez pela TV um esclarecimento tranquilizador para os moradores do Estado: quando Moreira Franco prometeu reiteradamente, na campanha eleitoral, acabar com a violência em seis meses, "não falava para ser levado ao pé da letra".

Então é isso, promessa de Moreira não deve ser levada ao pé da letra. Mas também não precisava ser, com um crime do esquadrão da morte a cada hora e meia, à mão armada.

Em seus seis primeiros dias, o novo secretário tem se dedicado muito a explicar a promessa com que Moreira enfiou os pés pelas mãos. Para a qual já ofereceu várias versões. E 78 cadáveres entre sexta e terça-feira (ao fazer-se esta nota, o esquadrão ainda não havia completado o faturamento de ontem, o que o impedia de fechar o caixa para a contabilidade de Moreira).

Da Sucursal de Brasília

Os defensores da implantação gradual do parlamentarismo, em três anos, aliam-se aos parlamentaristas do PFL e afirmam que esta fórmula será aprovada na Comissão de Sistematização com o apoio dos presidencialistas. "Nós não precisamos negociar com os outros parlamentaristas para aprovar isso", disse a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), direita (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), referindo-se ao grupo do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), centro-esquerda, que defende a implantação do novo sistema de governo em doze meses, e que retiraria a maior parte dos poderes do presidente José Sarney até o início de 1989.



Richa e Cid Carvalho garantem o mal menor

MARCELO LEITE
Editor de Política

O presidente Sarney e seu ventríloquo de plantão nesta polêmica do sistema de governo, José Lourenço, podem estar fazendo apenas jogo de cena ao insistir na tese do "já-nhau" dentro da Comissão de Sistematização, contra todos as avaliações até agora apresentadas. Não se deve esquecer, porém, que pelo menos duas das figuras parlamentaristas de proa na chamada "Comissão dos Oito" são notoriamente próximas de Sarney, o senador José

Richa e, em especial, o deputado Cid Carvalho. Ainda que não seja sob o comando direto do presidente, os dois são a ponta-de-lança dentro do esquema parlamentarista para garantir o mal menor — ou seja, tentar preservar ao máximo os poderes do atual presidente e, quem sabe, até um mandato de seis anos. Não se deve excluir ainda a possibilidade de que Richa e Carvalho acabem aderindo ao presidencialismo, se não vingar a votação em separado do sistema de governo propriamente dito e de sua implantação gradual.

Ao término de uma reunião com os deputados Saulo Queiroz (PFL-MS), Alcení Guerra (PFL-PR), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA), e Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), a nova estratégia estava definida. O grupo trabalha

com a perspectiva de que todos os defensores do sistema parlamentarista estarão unidos para aprovar a emenda do senador Nelson Carneiro (PFL-RJ), centro, que mantém as eleições presidenciais diretas e fortalece as atribuições do chefe de

Sarneyzistas, PT e PDT negociam presidencialismo

Os presidencialistas ligados ao governo federal estão negociando uma composição com os partidos de esquerda que defendem a manutenção do atual sistema de governo. Entre a emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que traduz os interesses do presidente José Sarney, e a proposta do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), tenta-se alcançar pontos de confluência.

O deputado José Lourenço (BA), líder do PFL no Congresso constituinte, vem conversando — conjuntamente com o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) —, com integrantes do PDT e do PT. Segundo Barbosa, o deputado José Genoino (PT-SP) seria o interlocutor de seu partido. Por estar viajando, Genoino não pôde ser ouvido.

Alguns petistas, como o deputado Olívio Dutra (RS), negam as negociações. "Se o grupo de esquerda quiser negociar o sistema de governo, o PT se retira", reforçou o deputado Paulo Delgado (MG), admitindo um "certo constrangimento" em ser aliado do governo. "Os nossos parceiros são Sarney, o ministro do Exército e o Brizola. Mas eles defendem um presidencialismo imperial", disse Olívio.

Diploma de jornalismo - O teólogo franciscano Leonardo Boff evitou mais uma vez uma resposta conclusiva sobre a obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão de jornalista. Ele disse ontem que "com a divisão social do trabalho, a tendência é favorável à profissionalização dos trabalhadores, como os jornalistas, que precisam de locais para formação específica", mas que "os jornalistas, mesmo sendo hegemônicos na condução dos meios de comunicação, devem abrir espaço para que outras categorias se expressem livremente".

Atual sistema é melhor solução, diz Sarney

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, com base na ausência de acordo demonstrada terça-feira pelas facções parlamentaristas no Congresso constituinte, disse ontem ser "irreversível" a manutenção do atual sistema de governo, "o que é a melhor solução para todo o país". Sua reação foi relatada pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço

(BA), 54, direita, recebido pela manhã em audiência no Planalto. Outro interlocutor de Sarney, o presidente do PFL, Marco Maciel (PE), 46, centro, disse acreditar na possibilidade de entendimentos em torno do presidencialismo.

Se os presidencialistas concordavam com Maciel, eles não tinham uma impressão tão otimista quanto a de Sarney. O clima era muito mais para a prudência. "O presidente da República ainda precisa arregaçar

Estado (no caso, o presidente). "Temos 55 votos da Comissão de Sistematização", afirmou Cid Carvalho. A fixação da data de implantação do novo sistema e a forma de transição para o parlamentarismo faz parte, entretanto, das disposições transitórias do novo projeto de Constituição e, portanto, é assunto a ser decidido numa segunda etapa da votação. Além da proposta gradualista, há apenas a possibilidade de implantação do parlamentarismo em doze meses — o que, na opinião de Cid Carvalho e do senador José Richa (PMDB-PR), centro, deverá atrair o voto dos presidencialistas.

Num encontro na tarde de ontem com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), alguns parlamentaristas do PFL — como o senador Carlos Chiarelli (SC) e os deputados Saulo Queiroz e Alcení Guerra — expuseram os cálculos que apontam a vitória do novo sistema na Comissão de Sistematização. "Ele (Sant'Anna) foi convencido", disse Saulo Queiroz.

as mangas", afirmava o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), 58, centro-direita, referindo-se à necessidade de manter e aumentar a vantagem que os presidencialistas reiteram ter na Comissão de Sistematização. Eles contabilizam a adesão de 52 dos 93 integrantes da Comissão, sendo dezoito do PMDB, vinte do PFL, quatro do PDS, três do PDT, dois do PT e do PTB, e PL, PMB e PDC, com um parlamentar cada.

Albano diz que jornada deve ser regulada por lei ordinária

Da Sucursal de Brasília

O senador Albano Franco (PMDB-SE), centro-direita, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse ontem que pediu aos presidentes de federações industriais e ao relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) que avaliem as possíveis consequências da implantação da jornada semanal de quarenta horas de trabalho na nova Constituição. Albano Franco afirmou a Cabral, por telefone, que a posição dos industriais continua sendo a de que a definição dessa jornada deve ser discutida na legislação ordinária.

Anteontem, durante reunião com sindicalistas, Cabral comprometeu-se a incluir a proposta de redução da jornada de trabalho de 48 para quarenta horas semanais nas disposições transitórias do texto constitucional. De acordo com essa proposta, a redução se daria de forma gradual, num período máximo de dois anos. Neste prazo, ela será negociada e adaptada conforme as condições de cada empresa.

Albano Franco disse que, no contato com Cabral, pediu que a redução

da jornada de trabalho, antes de constar definitivamente do seu substitutivo, seja negociada com os empresários. Segundo Albano, o relator teria se queixado de pressões "muito fortes" que vem recebendo dos sindicalistas e que, por isso, "tem intenção de incluir a jornada" no substitutivo que deverá entregar amanhã, até as 24h, ao presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães.

Em dúvida

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), ambos contrários à proposta, manifestaram dúvidas sobre a inclusão deste ponto no substitutivo de Cabral. "Primeiro vamos ver se ele tem coragem", disse Carlos Sant'Anna. "Fiquei sabendo que o Bernardo já desistiu", disse Afif Domingos.

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, disse que é favorável à implantação gradual das quarenta horas semanais, mas acha que a redução da jornada deve ser "exaustivamente" discutida.

DIREITOS TRABALHISTAS NOS PROJETOS CONSTITUCIONAIS

	Jornada de trabalho	Aposentadoria	Estabilidade no emprego
Comissão Provisória de Estudos Constitucionais	Quarenta horas de trabalho semanais.	A ser estabelecida em lei complementar, "levando em conta o sexo e a profissão".	Institui o princípio de estabilidade, sem definir prazos.
Projeto Cabral	Quarenta horas de trabalho semanais.	35 anos de serviço para homens e trinta para mulheres, ou por velhice, os 65 anos.	Estabilidade após noventa dias no emprego.
Primeiro substitutivo (apresentado em 26 de agosto)	Oito horas diárias e descanso semanal remunerado.	35 anos de serviço para homens e trinta anos para mulheres, com idade mínima de 53 e 48 anos, respectivamente.	"Contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada".
Segundo substitutivo (a ser apresentado amanhã)	Implantação gradual (em dois anos) das quarenta horas semanais.	35 anos de serviço para homens e trinta para mulheres; suprimida a idade mínima.	Princípio será negociado entre empregados e empregadores.